

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO ARNÓBIO ALVES VIANA, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, RELATOR DO PROCESSO TC N° 03882/22.

PROCESSO N.º03882/22 EXERCÍCIO: 2021

JURISDICIONADO: Câmara Municipal de Itatuba

CNPJ : 12.920.278/0001-66

PRODUTO: Prestação de Contas Anual

RELATOR: Conselheiro Arnóbio Alves Viana

AÉCIO CAVALCANTE DE MEDEIROS (Gestor), já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, com súpero acatamento, apresentar,

DEFESA ESCRITA

Em face do Relatório de Auditoria, exercício de 2021, com base no Princípio Constitucional da Ampla Defesa em sede Administrativa (art. 5º, inciso LV da Constituição Federal) e nas disposições da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e nos termos que seguem, para, ao final, requerer a aprovação das contas, pois que as falhas apontadas são plenamente justificáveis.

I. INTRODUÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que **o Defendente atuou como Ordenador de Despesas junto a este Jurisdicionado no ano de 2021 continuando em 2022.**

Por conseguinte, destaca-se que serão abordados, na presente defesa, apenas os achados registrados na conclusão da Unidade Técnica, pois que os demais se afiguram sanados por si, de modo individual ou isolados.

No Relatório da Auditoria **a única Ressalva** destacada foi: ***“Remuneração de Vereadores em desconformidade com o disposto na CRFB/1988”***. Com Fundamento Legal: Art. 37, X, da CRFB/1988. Item 4.1 do Relatório.

Segundo a Auditoria, cada um dos Vereadores recebeu, em 2021, R\$ 500,00/mês, majorados em relação a janeiro de 2017 e o Presidente foi de R\$

1.000,00/mês, equivocadamente entendeu a auditoria que tal fato contradiz o estabelecido na Resolução RPL- TC-00006/2017:

“[...] deve ser observado valor compatível com os limites em janeiro de 2017 e este ser fixo durante todo o exercício [...]”

O Perito de Contas, após os fundamentos e razões, concluir pela necessidade do:

“Gestor apresentar as devidas justificativas sob pena de devolução dos valores considerados excessivos, conforme registrado no quadro [...]”.



II. DA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE E DA ECONOMIA AO ERÁRIO

A douta Auditoria deste egrégio Tribunal de Contas, demonstra à luz da legislação pertinente que cada vereador poderia receber até R\$ 91.159,00/ano, no curso da legislatura 2017-2020.

Nessa Vertente e com Base na Resolução RPL-TC 06/2017, recomendou este Tribunal de contas que na prática não poderia em 2021 haver majoração nos subsídios, em observância a lei complementar 173/2020.

Em breve análise ao consultar os autos, percebe-se claramente que no exercício de 2021, não só fora atendido estes norteadores integralmente como houve relevante economia no tocante a tais valores.

Neste linear, a **Lei Municipal nº 431/2016** (fixou os subsídios), está em consonante com o inciso VI do art. 29 da CF/88, perfeitamente harmonizada, sem máculas e vinculada ao princípio da anterioridade, ou seja, este ato normativo de fixação, estar apto à produzir seus efeitos jurídicos até o término da legislatura 2017-2020, prosseguindo seus efeitos por 2021 sem alteração e por força da Resolução RPL-TC 06/2017 deste tribunal de contas. E não aconteceu diferente! Desta feita, em 29/05/2017, a **Unidade Técnica desta corte de contas atestou a regularidade da remuneração dos vereadores** para a legislatura em análise, nos autos do **Processo TC 00330/17**, conforme segue:

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA	CÓDIGO: POP-AUD-014/002 Periodicidade: sob demanda Versão: 002	
--	--	---

DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO-DIAFI
DEPARTAMENTO DE AUDITORIA DA GESTÃO MUNICIPAL II – DEAGM II
Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal V

Processo TC N°	00330/17	
Natureza	ACOMPANHAMENTO	
Jurisdicionado	CÂMARA MUNICIPAL DE ITATUBA	
Responsável	TELBANIO BEZERRA DE LIMA	
Exercício	2017	
Objeto Exame	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	Período: JAN/MAR/2017

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE

Certificamos que examinada a remuneração paga aos Vereadores da Câmara Municipal acima identificada no período indicado ditos pagamentos apresentam-se conforme às disposições da legislação de regência.

João Pessoa, 29/05/2017

Sem hesitação na contextura do atendimento a Constituição Federal, o meritório relatório da auditoria ora esgrimado, deveras que: **“não houve qualquer vereador presente no Anexo II deste relatório acima do limite constitucional em epígrafe”**.

Na ocasião, requer-se a juntada dos documentos do Processo TC n° 00330/17, comprovando o cumprimento daquelas exigências legais, de modo a complementar a Prestação de Contas, pugnando pelo julgamento regular e saneamento dos esclarecimentos.

III. DOS VALORES POSITIVADOS

LEGISLATURA 2017-2020 – JULGAMENTO DAS CONTAS – CONFORMIDADE.

Exercício 2017 – Proc. 06200/18 – Presidente: Telbanio Bezerra de Lima
Acórdão APL – TC 00269/18 (*Contas Regulares*) sessão: 2171 – 16/05/2018.

Exercício 2018 – Proc. 06368/19 – Presidente: Telbanio Bezerra de Lima
Acórdão AC1 - TC 00208/20 (*Contas Regulares*) sessão: 2819 – 06/02/2020.

Exercício 2019 – Proc. 06045/20 – Presidente: Fernando Manoel de Melo Andrade
Acórdão AC2 – TC 00105/21 (*Contas Regulares*) sessão: 3019 – 09/02/2021.

Exercício 2020 – Proc. 07614/21 – Presidente: Fernando Manoel de Melo Andrade
Acórdão AC2–TC 00425/21 (*Contas Regulares*) sessão: 3065 – 08/03/2022.

Exercício 2021 – Proc. 03882/22 – Presidente: Aécio Cavalcante de Medeiros
APL-TC (*contas em análise*) - Sessão: aguardando julgamento



Se os valores pagos (R\$ 9 e R\$ 4.5) em 2020 são os fixados em Lei específica, múnus do art. 37, X, CF/88, poderia pagar a menor que o fixado?

Não há Excesso de Remuneração Paga

Ao Vereador Presidente

20

19

18

17



2017			2018		
Telbanio Bezerra de Lima	Vereador-presidente	R \$ 90.000,00	Telbanio Bezerra de Lima	Vereador-presidente	R \$ 96.000,00
Fernando Manoel de Melo Andrade	Vereador	R \$ 45.000,00	Fernando Manoel de Melo Andrade	Vereador	R \$ 48.000,00
Ismar Alves de Lima	Vereador	R \$ 45.000,00	Ismar Alves de Lima	Vereador	R \$ 48.000,00
José Francellino da Silva	Vereador	R \$ 45.000,00	José Francellino da Silva	Vereador	R \$ 48.000,00
José Ronaldo Pedro da Silva	Vereador	R \$ 45.000,00	José Ronaldo Pedro da Silva	Vereador	R \$ 48.000,00
Manoel Marques Barbosa	Vereador	R \$ 45.000,00	Manoel Marques Barbosa	Vereador	R \$ 48.000,00
Maria Jose Lopes da Silva	Vereador	R \$ 45.000,00	Maria Jose Lopes da Silva	Vereador	R \$ 48.000,00
Suelivaldo da Silva Oliveira	Vereador	R \$ 45.000,00	Suelivaldo da Silva Oliveira	Vereador	R \$ 48.000,00
Tiago Vital Alves de Andrade	Vereador	R \$ 45.000,00	Tiago Vital Alves de Andrade	Vereador	R \$ 48.000,00

2019			2020		
Fernando Manoel de Melo Andrade	Vereador presidente	R \$ 108.000,00	Fernando Manoel de Melo Andrade	Vereador presidente	R \$ 108.000,00
Ismar Alves de Lima	Vereador	R \$ 54.000,00	Ismar Alves de Lima	Vereador	R \$ 54.000,00
José Francellino da Silva	Vereador	R \$ 54.000,00	José Francellino da Silva	Vereador	R \$ 54.000,00
José Ronaldo Pedro da Silva	Vereador	R \$ 54.000,00	José Ronaldo Pedro da Silva	Vereador	R \$ 54.000,00
Manoel Marques Barbosa	Vereador	R \$ 54.000,00	Manoel Marques Barbosa	Vereador	R \$ 54.000,00
Maria Jose Lopes da Silva	Vereador	R \$ 54.000,00	Maria Jose Lopes da Silva	Vereador	R \$ 54.000,00
Suelivaldo da Silva Oliveira	Vereador	R \$ 54.000,00	Suelivaldo da Silva Oliveira	Vereador	R \$ 54.000,00
Telbanio Bezerra de Lima	Vereador	R \$ 54.000,00	Telbanio Bezerra de Lima	Vereador	R \$ 54.000,00
Tiago Vital Alves de Andrade	Vereador	R \$ 54.000,00	Tiago Vital Alves de Andrade	Vereador	R \$ 54.000,00

O presidente Telbanio Bezerra de Lima não pagou em 2017 e 2018 o subsídio fixado, Ação civil Pública 0800014-72.2019.8.15.0201, sendo este o motivo das diferenças encontradas, contudo não houve valores majorados em 2021, houve valores a pagos a menor nos anos de 2017 e 2018, sendo nestes anos havido descumprimento ao princípio da legalidade.

Observe-se que o subsídio fixado para a legislatura 2017/2020, continua sendo aplicado exatamente igual no exercício 2021 como prevê a Resolução RPL- TC- 00006/2017:

“[...] deve ser observado valor compatível com os limites em janeiro de 2017 e este ser fixo durante todo o exercício [...]

Desse modo, a irregularidade cometida ocorrera em 2017 e 2018, quando não se cumpriu a legislação que fixou o subsidio naquele momento, executando-se os pagamentos em questão à menor, assim o atual gestor no exercício 2021 cumpriu a legislação integralmente e pagou o valor correto, assim com ocorrera em 2019 e 2020 e ambos aprovados por este tribunal, como já demonstrado supra.

IV. DO PROCESSO NÚMERO 0800014-72.2019.8.15.0201 – 2ª VARA MISTA

Tramita na 2ª Vara Mista de Ingá, uma AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL sob nº 0800014-72.2019.8.15.0201. Nesta, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil de improbidade administrativa contra Telbanio Bezerra de Lima (ex-gestor no biênio 2017- 2018). O MP,

Alega, em suma, o descumprimento da Lei Municipal nº 431/2016 que trata do aumento do subsídio dos vereadores para a legislatura de 2017/2020, alegando, em suma, que **o Presidente, por ato unilateral, decidiu não pagar os valores fixados em lei**, porém, mantém vários cargos comissionados e servidores não estáveis em detrimento dos vereadores.

[...]

Assevera que o órgão ministerial expediu recomendação ao gestor investigado, no sentido de que adoção das providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal, até que estejam atendidos os limites previstos nos artigos 29, inciso VII, e 29-A, §1º, ambos da Constituição Federal, com vistas a observância da Lei Municipal nº 431/2016. Todavia, **a recomendação ministerial não foi observada.** (Grifou-se)

A Juíza de Direito, Dra. Isabelle Braga Guimarães de Melo, em sua

decisão, culmina que,

Pelo que exposto, tendo em vista que os fatos narrados na inicial dão conta da prática de atos que, em tese, se constituem em improbidade administrativa, bem como que os documentos trazidos, sem adentrar ao exame do mérito, são hábeis a demonstrar indícios dos fatos narrados na peça vestibular, nos termos do art. 17, §9º, da lei nº. 8429/92, recebo a inicial.

Desta feita, segui os trâmites processuais acerca da Lei 431/2017, e, como se ver, o então Presidente no biênio 2017-2018 é réu nesta ação civil pública exatamente por não pagar os subsídios fixados em Lei específica.

Óbvio e irrefutável que não pagar o fixado, levaria, certamente, este Defendente a também virá réu, por ato de improbidade administrativa.

Para saber Mais:

Processo	Última movimentação
 AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL ACP Civ 0800014-72.2019.8.15.0201 - Afastamento do Cargo MINISTERIO PÚBLICO DA PARAIBA X TELBANIO BEZERRA DE LIMA	Juntada de Certidão (26/07/2021 10:49:04)



V. DO ATENDIMENTO AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS

Corroborando com a situação exposta nos autos, resta evidente que a **Lei Municipal nº 431/2016**, estabeleceu para os agentes o subsídio (legislatura 2017-2020) como forma exclusiva de remuneração, consistindo em parcela única, vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

A propósito, a norma municipal nº 431/16 observou conjuntamente: o Limite máximo do subsídio dos Vereadores em relação ao subsídio dos Deputados Estaduais, de acordo com o número de habitantes do Município (art. 29, VI, CF); Limite do total da despesa com a remuneração dos Vereadores em até 5% da receita do Município (art. 29, VI, CF); Limite de gasto com a folha de pagamento, incluído o subsídio dos Vereadores, em até 70% da receita da Câmara Municipal; Limite da despesa total do Poder Legislativo Municipal de acordo com os percentuais previstos na Constituição Federal, com base no exercício anterior (art. 29-A, CF), e Subteto do Município consistente no subsídio do Prefeito Municipal (art. 37, XI).

A esse respeito, **não parece haver mérito que as remunerações recebidas pelos agentes políticos venham a ser espoliadas ou excluídas do seu patrimônio, em detrimento do que foi fixado em Lei específica de iniciativa da**

Câmara Municipal. Nem o poderia, porque a Emenda Constitucional não pode sequer tender a abolir, que dirá botar por terra, direitos fundamentais como aquele relativo ao pagamento dos subsídios. Frise-se, não excederam nenhum parâmetro nem limite constitucional.

VI. PERGUNTA-SE:

- 1) Se a fixação dos subsídios de vereadores é de competência exclusiva da Câmara Municipal, qualquer outro que tencione fazer este papel não seria apócrifo?
- 2) Não seria improbidade administrativa, atender fixação apócrifa, em vista que a Lei 431/2016 é a única que tramitou na Câmara Municipal e que reza sobre o subsídio dos Edis para a Legislatura 2017-2020, estendendo-se até os dias de hoje?
- 3) Se este Defendente realiza-se o pagamento diferente do que foi fixado, por Lei específica e de competência exclusiva da Câmara Municipal, não estaria à margem dos atos normativos, ferindo o princípio da legalidade?
- 4) Não seria ilícito atender outra determinação que não tenha tramitado pelo processo legislativo, já que a Constituição deixa claro que as alterações também são de competência exclusiva da Câmara Municipal?
- 5) Qual o fundamento legal para que este Defendente não pagar os valores fixados na Lei Municipal nº 431/2016?
- 6) Se a Constituição Federal reza que os valores dos subsídios são os fixados em Lei específica, onde está na CF que o valor que for pago em janeiro/2017 é o que deve prevalecer em detrimento da Lei fixa a remuneração?
- 7) Se o então Vereador Presidente em janeiro/2017 cometeu improbidade administrativa, não realizando o pagamento determinado em Lei específica, deveria então este Defendente seguir o mesmo caminho, e não pagar o fixado em Lei Constitucional, para o exercício de 2021?

VII. DA ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO CURSO DA LEGISLATURA

Em atendimento a Carta Magna, os subsídios foram fixado em obediência ao princípio da anterioridade, seguindo o rito do processo legislativo, resultando na Lei Municipal em análise, consoante o art. 29 da CF/88:

Art. 37.

[...]

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A **LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 2 DE JULHO DE 1975**, no seu art. 6º, consagra o direito de atualização da remuneração dos Vereadores para a mesma Legislatura, vejamos:

Art. 6º - Poderão as Câmaras Municipais atualizar a remuneração dos Vereadores para a mesma Legislatura quando ocorrer fixação ou reajustamento da remuneração dos Deputados dos respectivos Estados, observados o disposto no art. 4º. (Redação dada pela Lei Complementar nº 38, de 1979)

Por força do art. 4º, da **LEI COMPLEMENTAR Nº 38, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1979**, resta cristalino que a Câmara Municipal pode atualizar a remuneração dos Vereadores, no curso da Legislatura, in verbis:

Art. 4º - Poderão as Câmaras Municipais, na Legislatura em curso, atualizar a remuneração dos Vereadores, segundo os critérios da presente Lei.

VIII. DA JURISPRUDÊNCIA

Seguindo a inteligência do disposto no art. 29, V, da CF., o STF, tendo como rel. min. Ellen Gracie nos autos do AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 494.253, assim decidiu:

A fixação dos subsídios de vereadores é de competência exclusiva da Câmara Municipal, a qual deve respeitar as prescrições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, na Constituição do respectivo Estado, bem como na CF. [RE 494.253 AgR, rel. min. Ellen Gracie, j. 22-2-2011, 2ª T, DJE de 15-3-2011.]

Insta salientar que com relação a revisão geral anual não há qualquer óbice para a concessão, salvo quanto ao índice (art. 8º, inciso VIII, LC 173) para leis inseridas na eficácia temporal da LC 173.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem embargos da relevância do que foi apontado, a suposta desatenção

em relação a algumas formalidades não deve ensejar a aplicação de sanção ou prejudicar a prestação de contas.

Diante de todo o exposto, o Defendente aguarda a recomendação final dessa Corte de Contas, no sentido de aprovar a citada Prestação de Contas Anual.

Protesta, por derradeiro, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, além da apresentação de documentos e/ou prova emprestada.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

De Itatuba-PB para João Pessoa-PB em 13 de julho de 2021.

Severino Medeiros Ramos Neto
OAB/PB 19.317